

[View this email in your browser](#)

# INFORMATIVO



## Outubro-dezembro e balanço de 2020

### **Nossos votos para 2021 (sem desconsiderar o momento de dor e indignação)**

*Sem ignorar a dor e a indignação com a situação absurda em Manaus e em todo o país, reenviamos aqui nossa mensagem para este ano: o desejo de um ano de luta (como necessariamente será), aprendizado e cultivo.*

Em 2020 recebemos a forte mensagem de que não somos os únicos seres vivos deste planeta, que não há direitos humanos sem democracia, que não há dignidade se não houver um forte combate ao racismo e ao machismo. Aprendemos ainda que a vida pulsa, apesar de tudo.

Como organização, completamos em agosto 20 anos de luta e de conquistas com foco no direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana), entendido de uma maneira ampla e plena. Duas décadas com a vida e a dignidade humana como norte! Esse marco tão significativo vai nos acompanhar simbolicamente na maior parte do ano, expresso na logomarca comemorativa e na frase-síntese "Exigir direitos, alimentar a vida". E, claro, tudo aquilo que ele representa não se esgota no período. Já faz parte do que somos e contribuirá para o que seremos.

Que sigamos juntos aprendendo, lutando e cultivando todos os elos que afirmam nossa humanidade, que nos fazem respirar e que nos fazem olhar para nós mesmos e para os outros.

---

## **Projeto buscará promover o direito à comida de verdade nas escolas ao longo deste ano**



Crescer e Aprender com Comida de Verdade – pelo Direito à Alimentação e à Nutrição Adequadas na Escola é o nome do projeto que a FIAN Brasil começou em novembro e desenvolverá ao longo deste ano. A iniciativa busca promover

esse direito, conhecido pela sigla Dhana, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). A ideia é contribuir para o combate à obesidade infantil e à carência de nutrientes – e, conseqüentemente, para um desenvolvimento pleno – por meio da restrição gradual aos produtos alimentícios ultraprocessados, da promoção de hábitos alimentares saudáveis e do incentivo a uma maior participação da agricultura familiar no fornecimento para a política pública.

“O Brasil enfrenta uma epidemia de obesidade relacionada, dentre outros fatores, ao aumento no consumo de produtos ultraprocessados pela população, especialmente o público infantil”, explica a coordenadora do projeto, a nutricionista Vanessa Manfre. Ela lembra que, além alto teor de sódio e do excesso de gorduras, açúcar e outras substâncias, esses produtos alimentícios – mais conhecidos como “comida porcaria”, *junk food* ou “besteiras” – são pobres em nutrientes.

“Nesse contexto, o ambiente escolar representa um espaço propício à formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância. A regulamentação do Pnae, publicada recentemente, proíbe a oferta de ultraprocessados para estudantes menores de 3 anos e limita-a para estudantes acima dessa idade, em consonância com o *Guia Alimentar para a População Brasileira* e seu desdobramento que trata da alimentação para crianças de até 2 anos.”

Com a aprovação da proposta, a FIAN Brasil passa a integrar a equipe brasileira do Food Policy Program (FPP, “Programa de Política Alimentar”, em tradução livre) da Bloomberg Philanthropies, que tem como coordenadora do escopo de *advocacy* a Global Health Advocacy Incubator (Ghai – em tradução livre, “Incubadora de Advocacy da Saúde Global”). A palavra *advocacy* não tem uma tradução exata em português, mas costuma ser usada no sentido de defesa de determinadas pautas e agendas, tendo como caminhos a difusão de valores na sociedade e a influência sobre tomadores de decisões.

Com base na identificação dos desafios para a boa execução do Pnae, o projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade desenvolverá ações de sensibilização, formação e *advocacy* entre os atores sociais do programa e o poder público, a fim de fortalecer a estrutura normativa dessa política, para que as escolas possam, efetivamente, promover alimentação e nutrição adequadas aos e às estudantes.

“Especialmente se considerarmos o desmonte brutal da política de segurança alimentar e nutricional [SAN] e o aumento acelerado da extrema pobreza no país,

o Pnae tem um importante papel nessa garantia”, ressalta a secretária-geral da FIAN Brasil, Valéria Burity. “O desenho desse programa, que chama a atenção de outros países do mundo, permite, de um lado, garantir esse acesso e, de outro, fortalecer a agricultura familiar, já que o marco legal determina que parte da alimentação escolar seja proveniente desse setor.” Ela destaca o potencial do conceito de direito humano à alimentação e à nutrição adequadas como base para a execução e o monitoramento do programa.

Desde sua concepção, o Pnae tem por princípio norteador melhorar as condições nutricionais dos estudantes e contribuir, assim, para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a redução dos índices de evasão e repetência, resultando numa melhora na aprendizagem e no rendimento escolar. Isso passa pelo entendimento de que a má nutrição, em suas diversas formas, compromete o desenvolvimento do cérebro e do corpo, temporária ou permanentemente. Já uma nutrição adequada contribui para o bom desenvolvimento fisiológico, cognitivo e também imunológico – dimensão que ganha ainda mais relevância nestes tempos de pandemia. A desnutrição e a obesidade, portanto, são consequências da violação ao direito à alimentação e impedem o acesso a outros direitos, como a educação de qualidade.

### **Eixos e estratégias**

O projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade pretende gerar informação e conhecimento sobre os principais fatores que impedem a execução de uma alimentação escolar pautada pelo Dhana; difundir uma cultura de garantia de direitos, sobretudo esse, na sociedade como um todo; divulgar os riscos de uma alimentação baseada em produtos ultraprocessados; promover a exigibilidade de direitos no contexto do Pnae; incidir politicamente pela garantia das estruturas necessárias e pela institucionalização das práticas que atuam nesse sentido; e contribuir para a construção ou o aprimoramento dos marcos legais ligados a esses objetivos.

As atividades previstas incluem pesquisas e entrevistas; oficinas; produção de publicações, reportagens e vídeos; e reuniões com gestores e funcionários de escolas da rede pública, representantes de administrações municipais e parlamentares. A estratégia passa por uma campanha sensibilizadora com a participação de figuras públicas. Essa frente teve como primeira etapa a criação de uma logomarca, que coube à *designer* Mariana Henrique, em diálogo com a equipe da FIAN.

A atuação envolverá estreita colaboração com a ACT Promoção da Saúde, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da Universidade de São Paulo (USP). Um novo parceiro será o Instituto Desiderata, que também ingressou no Food Policy Program no fim de 2020 com projeto focado na saúde de crianças e adolescentes, em âmbito municipal, no Rio de Janeiro. Parte da produção de conteúdo caberá ao portal jornalístico O Joio e o Trigo.

São parceiros globais no FPP a agência Vital Strategies, a Universidade da Carolina do Norte (UNC) e o Instituto O'Neill, da Universidade de Georgetown (GU).

Na iniciativa, a FIAN Brasil também contará com a parceria da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (Opsan) da Universidade de Brasília (UnB) e da FIAN Colômbia.

## **Sobre o Pnae**

Popularmente conhecido como merenda escolar, o Pnae tem seis décadas e meia de história e é o segundo maior programa do gênero do mundo, perdendo apenas, em termos quantitativos, para seu equivalente da Índia. Trata-se da única política pública brasileira que tem como pilares a universalização e a gratuidade na oferta de refeições.

O programa tem suas bases legais fundamentadas em artigos da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) e na Lei da Alimentação Escolar, promulgada em 2009 – que, por sua vez, balizam e fortalecem a compreensão do Dhana nesse ambiente como direito do cidadão e dever do Estado.

---

## **Novos conteúdos envolvem produção própria e apoio**

Nos últimos três meses de 2020, a FIAN Brasil apoiou a produção de conteúdos

jornalísticos e audiovisuais e coordenou outros.

Apoiamos a produção de cinco episódios da segunda temporada do *podcast* Prato Cheio, do portal jornalístico *O Joio e o Trigo*. Um deles tratou da situação do povo Guarani e Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, durante a pandemia. Os demais partiram dos temas do Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Dhana) – conceito e histórico, exigibilidade, abastecimento e economia.

Outro conteúdo apoiado foi a série de multimídia Grande Sertão Ameaçado, do *Brasil de Fato*, resultado do trabalho de reportagem das jornalistas Caroline Oliveira e Vanessa Nicolav ao Território Geraizeiro do Vale das Cancelas.

Ainda no que diz respeito a essas comunidades do norte de Minas Gerais, a FIAN produziu no período cinco vídeos mostrando as violações de direitos que elas enfrentam e um minidocumentário sobre seu modo de vida. As peças audiovisuais estão em finalização e serão lançadas neste começo de 2021. Contaram com a colaboração da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Por fim, apoiamos dois episódios de *podcast* sobre como os povos e comunidades tradicionais (PCTs) enfrentam a Covid-19. Estão sendo concluídos com a jornalista Letícia Leite e a artista gráfica Sílvia Moan.

---

## **Trimestre foi intenso em incidência e articulação**

O fim do ano teve ritmo intenso no que diz respeito a incidência, articulações e construções conjuntas.

Em outubro, a FIAN Brasil encaminhou nota técnica ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a insegurança alimentar nas comunidades quilombolas e seu agravamento com a pandemia de Covid-19. O documento foi elaborado pelo ex-secretário-geral da FIAN Internacional Flavio Valente, com apoio da Secretaria Executiva da seção brasileira.

A entidade foi uma das articuladoras da audiência pública popular com o relator

da Organização das Nações Unidas (ONU) para alimentação adequada, Michael Fakhri, sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) em 1º de outubro.

Apoiamos a incidência na Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6ª Câmara de Coordenação e Revisão – 6CCR) para garantir medidas de proteção de curto, médio e longo prazo para os povos e comunidades tradicionais (PCTs) durante a pandemia. Construímos coletivamente documento de incidência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre as violações à Convenção 169 que têm ocorrido em territórios em todo o país por meio de ações de mineração, monocultura de eucalipto e projetos de energia, entre outros. Também participamos da construção da “Carta Aberta ao Congresso Nacional pela vida dos povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e demais povos e comunidades tradicionais”, contra os vetos presidenciais ao Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios.

No processo de eleição para a nova composição do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), a atuação conjunta com outras organizações evitou o crescimento da representação conservadora.

Em 15 de novembro, a FIAN participou do ato público da Coalizão Direitos Valem Mais por um orçamento que proteja a população e o meio ambiente, reivindicação registrada também em carta aberta; e no dia 29, da 8ª Kuñangue Aty Guasu, Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani On-Line 2020.

De 9 a 11 de dezembro, a FIAN integrou o Encontro Nacional da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. Também nesse mês, a entidade esteve presente nas reuniões com a mesa de diálogo sobre o desmatamento do cerrado que está ocorrendo no Território do Vale das Cancelas pela empresa Norflor. A mesa, que reúne representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Minas Gerais, definiu, entre outras ações, que irá solicitar ao Ministério Público que analise as denúncias apresentadas e buscará criar uma câmara técnica para discutir a aplicação da consulta livre, prévia e informada da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Assinamos, ainda, carta pública contra o desmatamento da empresa Rima no território.

---

## Prato do Dia | Fome, racismo, tortura e morte no supermercado mais próximo de você



“O que permeia o assassinato de Beto Freitas e vários similares é o racismo estrutural e a extrema violência, fatores indigestos e recorrentes dos nossos sistemas alimentares”, destaca a secretária-geral da FIAN Brasil, Valéria Burity, em artigo publicado no site do *Le Monde Diplomatique*.

O texto parte do crime cometido em novembro num Carrefour de Porto Alegre. A autora lembra que a tortura praticada nos “quartinhos sórdidos” nem vem a público na maioria das vezes.

“É preciso, com urgência, que empresas do setor alimentício e outras sejam fiscalizadas e punidas pelos gravíssimos crimes que prestadores de serviços de segurança privada praticam em suas dependências”, defende Burity. [Leia aqui.](#)

---

## Programação seguiu movimentada em debates virtuais

Em 27 de outubro, a secretária-geral da FIAN Brasil, Valéria Burity, foi uma das convidadas da Conferência Virtual Centro-Oeste do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf). O debate tratou sobre “Importância da ciência e tecnologia e o papel da Embrapa pública, democrática e inclusiva”.

A assessora de Direitos Humanos Nayara Côrtes falou na abertura do Seminário Integrado SAN em tempos de Pandemia, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). No dia 13, participou do painel “Conexões e convergências – Regional Centro-Oeste”, da campanha “Gente É pra Brilhar”.

“Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana) *versus* agrotóxicos” foi o mote no dia 21, em encontro virtual de ciclo que marcou os 15 anos da Rede de Mulheres Negras para Soberania Segurança Alimentar e Nutricional (RedeSSAN) e o Dia Mundial da Alimentação. No dia 29 ela mediou o seminário Impacto da Covid na SAN de Povos Indígenas, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

A FIAN foi representada pela assessora Vanessa Manfre e pelo assessor Gabriel Soyer na Audiência Popular Alimentação Escolar no Semiárido: em Favor da Compra de Comida de Verdade. O evento foi promovido pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN) com a Articulação Semiárido (ASA Brasil) e a Plataforma Dhesca Brasil em 18 de novembro.

---

## **Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição alerta para urgência de mudar sistema alimentar**



Em 21 de dezembro, a FIAN Brasil lançou, com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a edição de 2020 em português do *Observatório do Direito à*

## Alimentação.

A abordagem enfatiza a necessidade de mudar o sistema alimentar dominante a fim de reformular nossa relação com a natureza e colocar um fim à crise ecológica que estamos vivenciando.

Segundo a publicação, a visão que trata o ser humano e o resto da natureza como duas esferas separadas e independentes levou a um sistema de exploração e dominação com terríveis consequências sociais e ambientais. O documento identifica o capitalismo financeiro e as corporações como responsáveis pela destruição dos ecossistemas, pela emissão de gases de efeito estufa e pela expulsão forçada das comunidades locais de suas terras.

De acordo com a edição de 2020, para enfrentar a crise ecológica, precisamos reconectar os direitos humanos com a natureza. A alimentação, na qual nossa conexão com o resto dos seres que habitam o planeta é evidente, é apresentada como o ponto de partida perfeito para alcançar esta mudança. [Assista ao debate.](#)

---

## **Retrospectiva | Um ano difícil, mas de atuação intensa**

Em 2020, no dia 26 de agosto, a FIAN Brasil completou duas décadas de atividade desde que foi fundada em Cuiabá. A data [foi celebrada em sessão](#) que combinou memória afetiva, análise de conjuntura e testemunhos técnicos e políticos, além de leituras poéticas com elementos que remetem à história e ao “espírito” da entidade. [A frase “Exigir direitos, alimentar a vida” e uma logomarca comemorativa](#) acompanharão os nossos materiais ao longo de 12 meses.

Continuamos acompanhando com prioridade os casos dos povos Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e do Território Geraizeiro do Vale das Cancelas, em Minas Gerais. No que diz respeito ao primeiro, as ações incluíram intermediação para reunião com os relatores especiais de direito à alimentação e de pobreza extrema e direitos humanos; e doação de caixas d'água para comunidades que estavam em vulnerabilidade hídrica. Quanto ao vale, além da mesa de diálogo e dos materiais de documentação mencionados na matéria sobre o último trimestre, participamos de reuniões com o Ibama, com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e com

parlamentares.

Lançamos quatro publicações: o módulo inicial do Curso de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, que trata do histórico e do conceito do Dhana; o caderninho FIAN Brasil 20 Anos: Exigir Direitos, Alimentar a Vida; e a tradução dos dois relatórios de monitoramento dos impactos do Covid-19 na segurança alimentar produzidos pela FIAN Internacional.

O conteúdo do curso foi abordado em quatro “aulas-entrada” transmitidas originalmente como lives semanais em setembro. Os vídeos estão disponíveis para assistir no nosso canal: [youtube.com/FIANBrasil](https://youtube.com/FIANBrasil).

Deixamos prontos (aguarde!) para este começo de 2021 os outros três módulos do curso (Exigibilidade, Abastecimento e Economia); um informe sobre o modo de vida dos geraizeiros do Vale das Cancelas e as violações dos seus direitos; um informe regional sobre os impactos dos agrotóxicos, em colaboração com todas as seções da FIAN na América Latina; e um livro de caráter inédito com enunciados jurídicos sobre o direito à alimentação.

Nas sessões online Impactos da Pandemia, “A (in)segurança alimentar e a pandemia de coronavírus no Distrito Federal” e “As mulheres e a Covid-19: cuidado e vulnerabilidades” foram as primeiras discussões. A iniciativa é uma parceria com o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (Opsan) da Universidade de Brasília (UnB) e a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável – Núcleo DF. Os dois vídeos relançaram nosso canal no YouTube.

A secretária-geral Valéria Burity foi coautora de artigos publicados na Folha de S.Paulo, no Le Monde Diplomatique, na Carta Capital e no Jota, além de conceder entrevista para matéria da Deutsche Welle. Escreveu, ainda, sobre o falso dilema entre isolamento social e combate à fome. Já a assessora Nayara Côrtes comentou à Rede Brasil Atual sobre o desmonte das políticas de SSAN.

A exigibilidade no Pnae foi tema de curso estruturado com outras entidades que compõem o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e universidades.

A FIAN Brasil manteve sua participação constante em espaços coletivos como a Plataforma Dhesca, a Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e a Coalizão Direitos Valem Mais, além do FBSSAN e da Aliança.

A entidade realizou, em julho, uma assembleia extraordinária virtual para discutir a prorrogação do seu plano estratégico participativo (PEP) em vigor, bem como do mandato do atual corpo diretor e fiscal. O período, de três anos, terminaria em outubro, mas a décima assembleia ordinária da organização, em que seriam votadas as novas diretrizes e a nova composição, teve de ser adiada em função da pandemia de coronavírus. A diretoria aprovou por unanimidade o prolongamento do mandato e do PEP por até 11 meses, até que possa haver o encontro presencial, antes agendado para agosto.

Saiba mais nos informativos de 2020.

---



**Em breve, impresso e *online!***  
Fique de olho no nosso *site* e nas nossas redes.

---



---

Copyright © \*|2020|\* \*|FianBrasil|\*